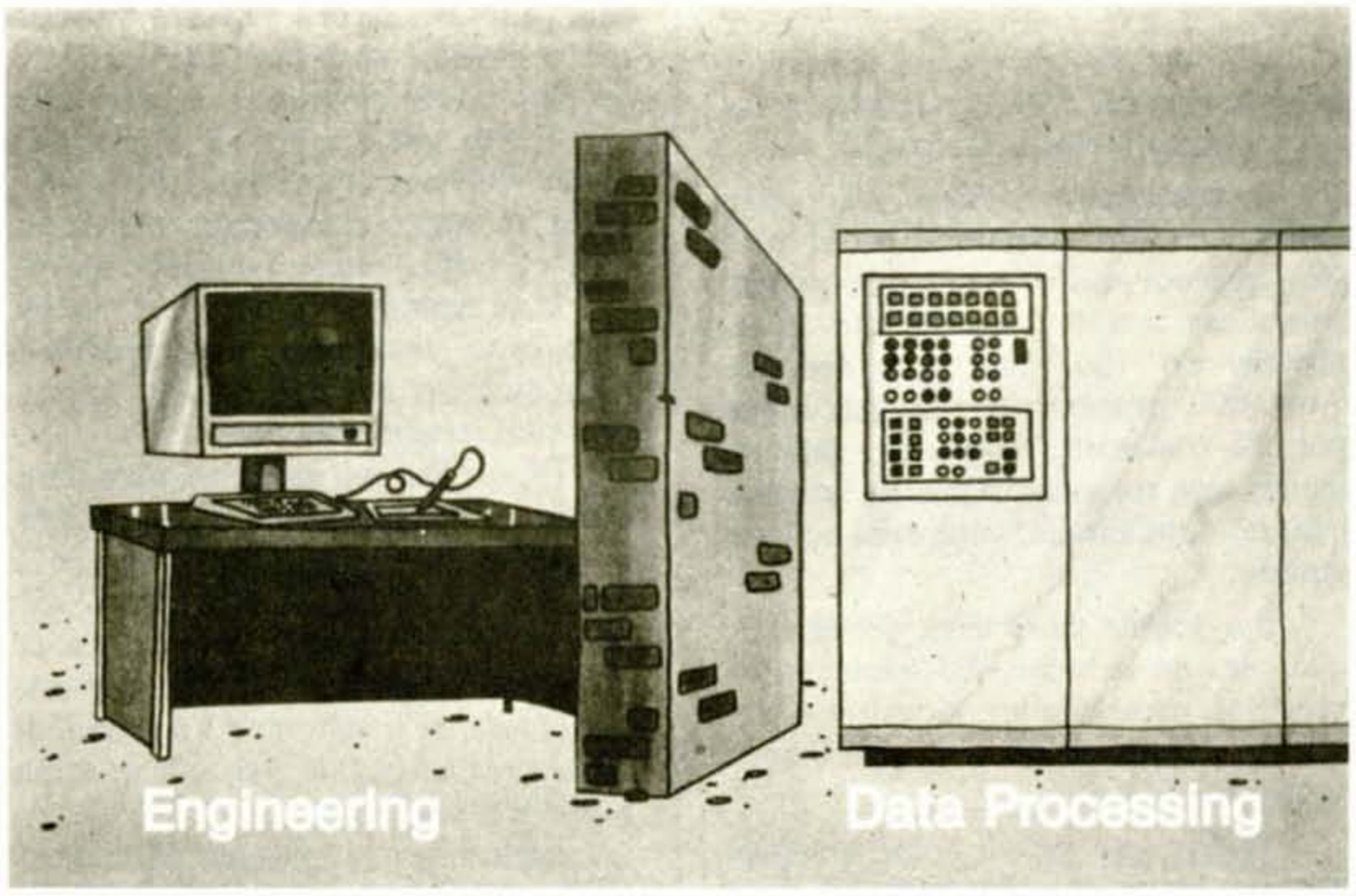
Revista da ACRJ, ano XLV, nº 1200, junho/1984, pp. 28-30

A reserva do mercado no banco dos réus

O objetivo básico do atual modelo adotado pelo País no ramo dos computadores eletrônicos é evitar que atividades vitais fiquem nas mãos de empresas cujos centros de decisões encontram-se no exterior. O problema é o fantasma do atraso tecnológico aliado a grandes interesses econômicos contrariados.



O envolvimento dos computadores eletrônicos em todos os aspectos da vida do País é cada dia que passa mais acentuado. Empresas de todos os portes estão hoje utilizando o produto para realizar uma série de tarefas administrativas básicas: preparar folha de pagamento, fazer contabilidade, controlar custos, administrar estoques, apoiar decisões. Muitos profissionais liberais, da mesma forma, transferiram para computadores eletrônicos boa parte dos serviços repetitivos que lhes tomavam a maior parte do tempo para dedicarem-se melhor às tarefas onde são mais criativas. Crianças, de outro lado, começaram a ter contato com computadores eletrônicos nas escolas antes mesmo de serem alfabetizadas. Além disso, os preços cada dia menores destes produtos estão abrindo caminho para que eles sejam largamente utilizados nas residências.

Papel ainda mais importante é exercido pelos mesmos produtos nas atividades básicas da economia. O sistema financeiro nacional, imprescindível para a vida do País, não tem mais condições de funcionar sem o apoio de grandes redes de computadores eletrônicos. O mesmo pode ser dito da máquina administrativa do governo, cuja dependência desta tecnologia é total numa série de pontos básicos: arrecadação de impostos; pagamento de funcionários; planejamento econômico; pagamento de fornecedores. Os principais serviços públicos – abastecimento de água; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; limpeza pública – a usam inclusive em tarefas fins. Não é muito diferente o quadro nas próprias Forças Armadas onde tanto o apoio logístico na parte de defesa quanto os armamentos têm como elemento chave microprocessadores. Nas fábricas, de outro lado, começaram a aparecer computadores sendo usados para apoiar projetos e manufaturas trazendo economias expressivas de custos e prazos.

Este papel estratégico levou o governo brasileiro a tomar uma série de medidas visando disciplinar os vários aspectos das atividades ligadas a computação eletrônica no País. O raciocínio dominante foi a constatação de que o livre jogo das forças de mercado levaria fatalmente o setor ao domínio do capital estrangeiro, situação incômoda devido a vários motivos. A indústria de computadores no mundo todo tem os negócios fortemente concentrados nas mãos de uma única empresa, a International Business Machines, IBM, cuja participação no mercado gira em torno de 65 por

O livre jogo das forças de mercado levaria fatalmente o setor ao domínio do capital estrangeiro.

Tabela 1
PRINCIPAIS EMPRESAS ESTRANGEIRAS FORNECEDORAS DE COMPUTADOR NO BRASIL

Nome	Vendas do último exercício (Cr$ milhões)	Acionista Majoritário
1. IBM do Brasil	345 000,0**	IBM Corporation
2. Burroughs Eletrônica	78 000,0**	Burroughs Corporation
3. NCR do Brasil	13 213,8	NCR Corporation
4. Sperry (Univac)	11 300,0	Sperry Holding Company
5. Hewllett Packard	10 723,1	Hewllett Packard Delaware
6. Fujitsu do Brasil	6 000,0	Fujitsu Company
7. Control Data	5 500,0**	Control Data Corporation
8. Olivetti do Brasil	5 000,0**	Olivetti Internacional
9. Digital do Brasil	4 000,0**	DEC Corporation
10. Basf Brasileira	3 000,0**	Basf AG

* Valores referentes apenas a produtos de computação
** Vendas estimadas.
Fonte: Revista Dados & Idéias

Tabela 2
PRINCIPAIS EMPRESAS NACIONAIS FORNECEDORAS DE COMPUTADORES

Nome	Vendas no último exercício (Cr$ milhões)	Acionista Majoritário
1. Cobra	71 379,4	Governo Federal
2. Sid Computadores	29 000,0**	Sharp (Matias Machline)
3. Labo Eletrônica	20 525,9	Investec Investimentos Tec.
4. Digirede	15 412,9	Israel Arnon Schreiber
5. Sisco	14 724,6	Proempa Emp. e Particips.
6. Prológica	11 000,0**	Leonrado Bellonzo
7. Racimec	10 932,1	Simão Brayer
8. Itautec	9 723,5	Itausa
9. Scopus	9 511,4	Scopus Tec. e Particip.
10. Edisa	8 032,9	Banco Ioschpe

* Valores referentes apenas a produtos de computação
** Vendas estimadas
Fonte: Revista Dados & Idéias

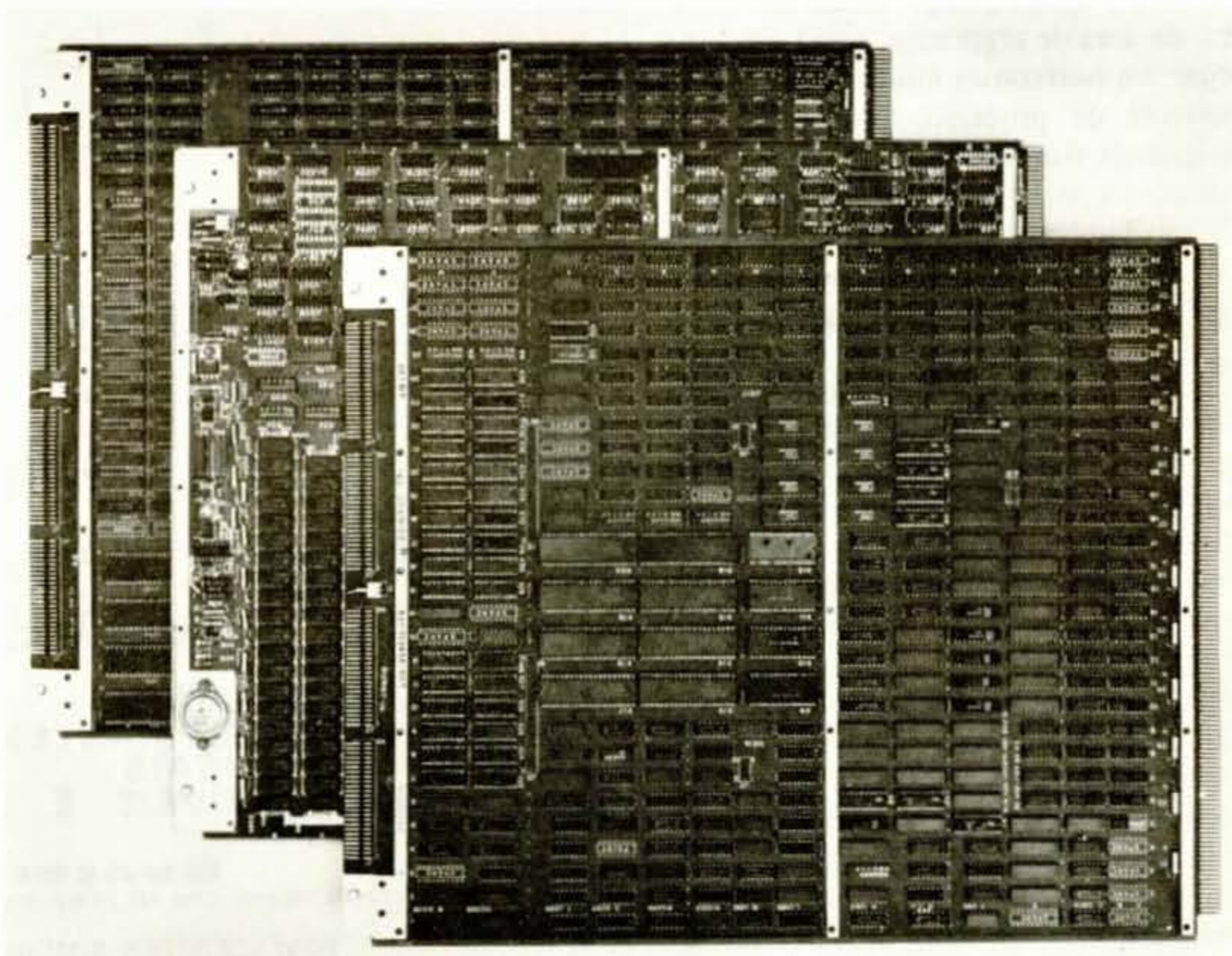
cento. Outro problema delicado é que as empresas estrangeiras deste setor, por razões econômicas, preferem apenas vender quando muito montar produtos nos países periféricos mantendo nas respectivas matrizes tarefas estratégicas como pesquisa e desenvolvimento. Tal quadro, numa indústria vital para todo o País, é particularmente crítico devido a enorme dependência do usuário em relação ao fornecedor de produtos nas partes de manutenção e assistência técnica.

O s primeiros passos do governo para disciplinar a indústria de computadores no Brasil foram dados no início da década de setenta, com a criação da antiga Capre (Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados) vinculado ao ex-Ministério do Planejamento. O órgão, baseado numa experiência semelhante existente na França, tinha como objetivo básico racionalizar o uso de computadores eletrônicos em Universidades e Centros de Pesquisas. Se a Universidade do Piauí, por exemplo, quisesse utilizar o produto, ao invés de fazer diretamente a sua importação como era praxe anteriormente, tinha de consultar a Capre. Esta, por sua vez, ao invés de simplesmente autorizar a operação, analisava se não era o caso de se aproveitar um produto que uma universidade maior, como a de São Paulo, estava substituindo. A Capre também passou a ter atuação destacada na parte de formação de recursos humanos em computação, fixação de currículos mínimos nesta área e até projetos de pesquisa e desenvolvimento vinculados ao setor.

No início do governo Geisel, a necessidade de conter drasticamente as importações para enfrentar os problemas vindos na esteira do primeiro choque do petróleo, levou funções da Capre a serem ampliadas. O órgão, por força de um decreto da presidência da República, passou também a controlar todos os tipos de importação ligadas a processamento eletrônico de dados. E, nesta tarefa, adotou como prioridade importações que permitiam racionalizar o parque de máquinas ao invés de apenas ampliá-lo. A importação de uma unidade de cisco magnético, capaz de balancear melhor o sistema em uso numa empresa, era uma operação bem recebida. Quem quizesse importar um computador para fazer horóscopo não tinha, pelo contrário, a menor chance de êxito.

O controle de importações da Capre também abriu caminho para que se instituísse o discutido regime de reserva de mercado a firmas genuinamente nacionais em segmentos do vasto universo do setor, começando pela área dos então denominados microcomputadores. Esta escolha levou em conta a situação muito peculiar do mercado na época. Tratava-se, em primeiro lugar, de uma área virgem no Brasil em termos de fabricação ao contrário do que ocorria no ramo das máquinas de grande porte, onde haviam duas empresas estrangeiras com linhas de montagem no País: Burroughs e IBM. Os minicomputadores, em segundo lugar, envolviam aspectos técnicos mais difundidas, o que facilitava compras de tecnologia no exterior na fase inicial dos projetos. Um terceiro fator positivo dos minicomputadores é que os projetos para desenvolvê-los no País envolviam mobilizações de recursos financeiros relativamente pequenas.

Uma espécie de concorrência feita pela Capre por volta de 1976 para escolher quem iria ter preferência para fabricar minicomputadores no País teve quatro vencedores. Uma era a Cobra, controlada pelo governo federal por intermédio das grandes instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), que já tinha entrado no mercado usando tecnologia da Sycor, americana. Outra firma escolhida foi a Edisa, criada por um grupo de empresas gaúchas, mais tarde comprada pelo grupo Iochpe, usando

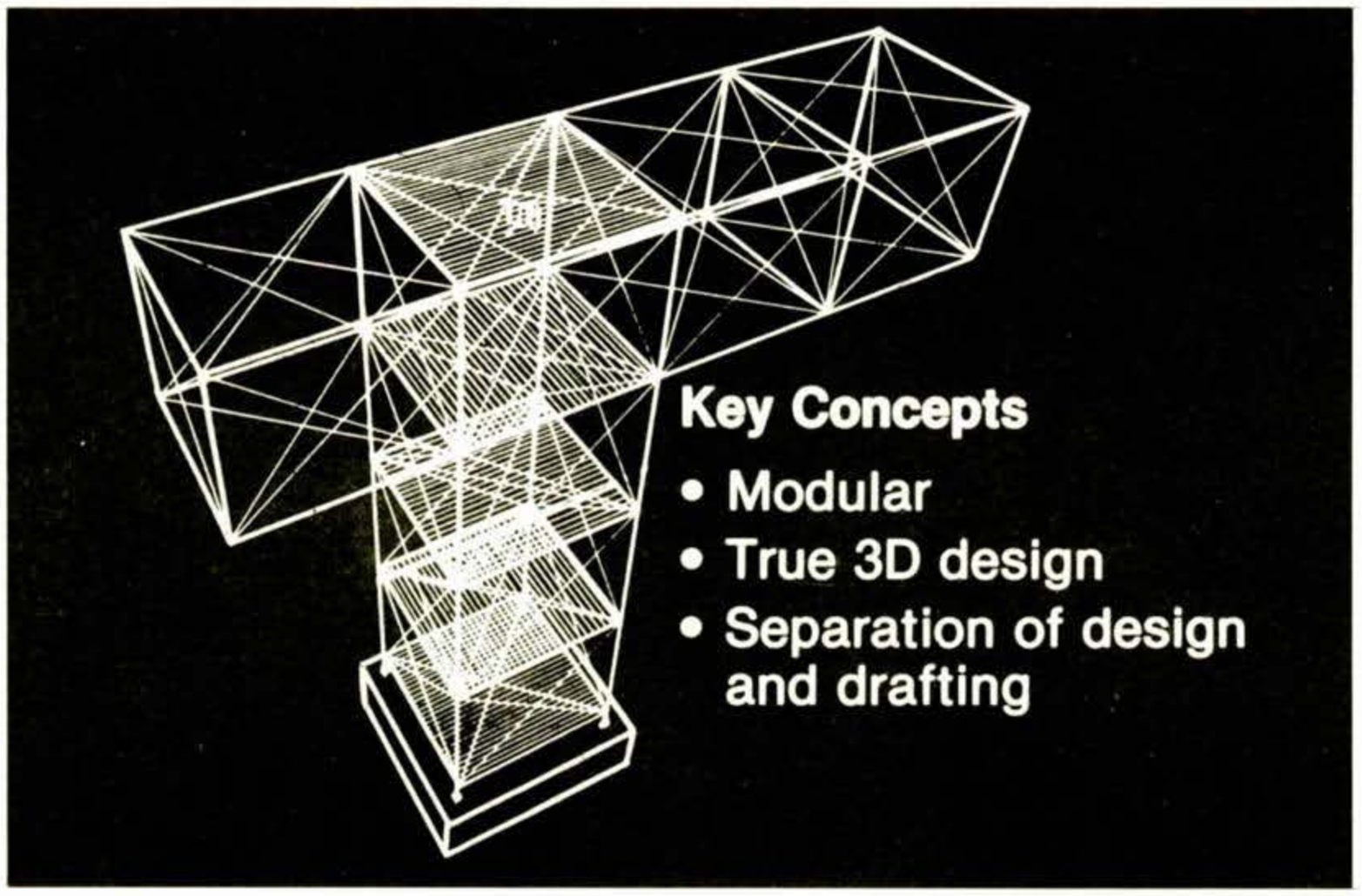


A política de reserva de mercado a firmas genuinamente nacionais não tardou a trazer resultados bem palpáveis.

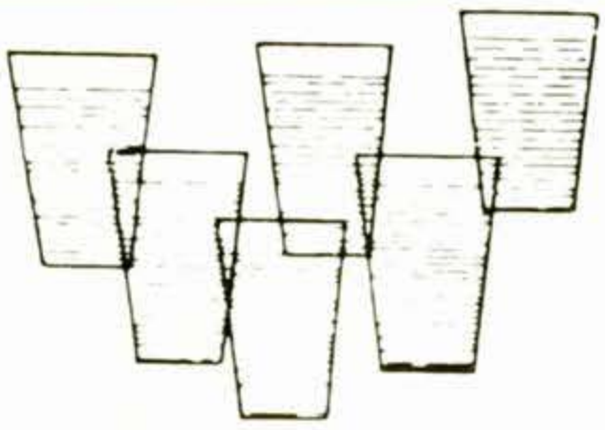
tecnologia Fujtusi, japonesa. Um terceiro projeto, da Labo, grupo Forsa, optou por tecnologia da Nixdorf, alemã. O quarto projeto era o do Siid, de um grupo empresarial gaúcho, mais tarde adquirido pela Sharp (Matias Machline) junto com o Bradesco, que utilizava tecnologia Logabax, francesa. A elas veio junto mais tarde a Sisco, criada pelos empresários João Carlos Mello e Henry Macksoud (Hidroservice) que teve de ser aceita pelo governo pelo fato de utilizar tecnologia própria.

O assunto ficou neste pé até o governo Figueiredo quando, por proposta do embaixador Paulo Cotrim, muito ligado aos círculos militares, passou a ser reexaminado. A comissão nomeada com esse fim, integrada por todas as partes envolvidas no assunto, chegou à conclusão de que o problema extrapolava totalmente a capacidade legal de ação da Capre ao envolver aspectos de financiamento, pesquisa, fabricação e até segredos militares. O resultado foi a substituição daquele órgão pela Secretaria Estadual de Informática (SEI), vinculada ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), com funções muito mais amplas. Dirigida desde o começo por profissionais oriundos da área de segurança, a SEI passou a atuar em horizontes muito mais amplos: controle de processo, microeletrônica, programas (software) e até robôs, além, é claro, da parte de computadores.

A política de reserva de mercado a firmas genuinamente nacionais não tardou a trazer resultados bem palpáveis. Em função dela foram criadas no País mais de uma centena de fabricantes de equipamentos que faturaram cerca de 300 milhões de dólares no último exercício social. Número ainda maior de firmas surgiu, em função da mesma política, na parte de serviços: bureaux, desenvolvimento de programas, consultoria, treinamento, comercialização e manutenção. O mercado também passou a absorver profissionais altamente especializados há pouco só conhecidos no País por intermédio de revistas estrangeiras especializadas no ramo — software básico, arquitetura de computadores, projeto de microcircuitos. Além disso, pode-se creditar à política de reserva de mercado uma série de produtos de alto conteúdo tecnológico totalmente desenvolvido no País.



O modelo adotado no ramo contrariou também muitos interesses que estão por trás das atuais críticas contra a reserva de mercado no setor. Muitos usuários de computador se queixam dos altos preços relativos dos produtos nacionais devido à falta de escala interna de produção que poderiam prejudicar sua competitividade nas exportações. Outro problema é o risco de uma possível defasagem tecnológica dos produtos brasileiros o que cairia na mesma situação. Mas a carga maior contra a atual política do País no ramo vem das firmas estrangeiras impedidas de atuar livremente no mercado nacional. Embora elas atuem nas faixas mais representativas do mercado em termos de vendas (os grandes computadores representaram cerca de 70% dos negócios no último exercício), estão alijadas dos segmentos mais dinâmicos do mercado representados pelos computadores de pequeno porte. A par disso, a reserva de mercado do Brasil é um precedente perigoso na medida que pode ser imitada por outros países do terceiro mundo interessados em ter também alguma independência tecnológica nesta importante atividade.



QUEREMOS MATAR
A SUA SEDE !

LEMBRE-SE:

ÁGUA É VIDA...
BOMBA É

CENTRÍFUGAS
AUTO-ASPIRANTES
VERTICAIS
SUBMERSÍVEIS E SUBMERSAS

DANCOR

Dancor s.a. INDUSTRIA MECÂNICA
CAIXA POSTAL 200 TELEX 021-31503 TEL 294-8332 - RIO DE JANEIRO-RJ.
- BRASIL -
REVENDEDORES AUTORIZADOS POR TODO O BRASIL